

ARTÍCULOS

Economia popular e gestão social: Experiências de ação coletiva baseadas no empoderamento de atores comunitários no Brasil e em Moçambique

Popular Economy and Social Management: Experiences of collective action based on the empowerment of community actors in Brazil and Mozambique

Economía popular y gestión social: Experiencias de acción colectiva basadas en el empoderamiento de actores comunitarios en Brasil y Mozambique

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12784878> ARK-CAICYT: <http://id.caicyt.gov.ar/ark:/s25456318/dwhur6bl9>

Revista Fundamentos ISSN 2545-6318 Año 2024 N° 1 - Facultad de Ciencias Económicas - UNRC - Argentina

Luís Jó Sandramo Inchuca 

Doutorando em Desenvolvimento Regional - Universidade Federal de Tocantins, Brasil

luisinchuca@gmail.com

Idglan Maia 

Doutorando em Desenvolvimento Regional - Universidade Federal do Tocantins, Brasil

bob@uft.edu.br

Resumo. Este artigo analisa e compara experiências de economia popular e gestão social no Brasil e em Moçambique, focando no empoderamento de atores comunitários. A pesquisa adota uma metodologia que combina análise qualitativa, pesquisa bibliográfica e estudos de caso. No Brasil, analisou-se a modalidade “Consórcio Entre Amigos”, enquanto em Moçambique, o foco recai sobre os “Grupos de Poupança e Crédito Rotativo”, conhecidos localmente como *xitique*. A economia popular é definida como um modelo baseado na cooperação, inclusão e solidariedade, enquanto a gestão social visa à administração participativa e voltada para o bem comum. O estudo revela como ocorrem as práticas dessas iniciativas, considerando o contexto socioeconômico de ambos os países. Guiada por abordagens participativas, busca envolver ativamente as comunidades locais, visando contribuir para o desenvolvimento econômico e social das comunidades estudadas, além de fornecer perspectivas comparativas, apresenta análises que contrastam as experiências econômicas e sociais nos contextos do Brasil e de Moçambique, enriquecendo o campo acadêmico e prático da economia popular e gestão social.

PALAVRAS-CHAVE: Economia popular, gestão social, empoderamento, comunidades.

Abstract. This article analyzes and compares experiences of popular economy and social management in Brazil and Mozambique, focusing on the empowerment of community actors. The research adopts a methodology that combines qualitative analysis, bibliographical research and case studies. In Brazil, the “Consórcio Entre Amigos” modality was analyzed, while in Mozambique, the focus is on the “Grupos de Poupança e Crédito Rotativo”, known locally as *xitique*. The popular economy is defined as a model based on cooperation, inclusion and solidarity, while social management aims for participatory administration geared towards the common good. The study reveals how the practices of these initiatives take place, considering the socio-economic context of both countries. Guided by participatory approaches, it seeks to actively involve local communities, aiming to contribute to the economic and social development of the communities studied, as well as providing comparative perspectives, presenting analyses that contrast economic and social experiences in the contexts of Brazil and Mozambique, enriching the academic and practical field of popular economy and social management.

KEYWORDS: Popular economy, social management, empowerment, communities

Resumen. Este artículo analiza y compara experiencias de economía popular y gestión social en Brasil y Mozambique, enfocándose en el empoderamiento de actores comunitarios. La investigación adopta una metodología que combina análisis cualitativo, investigación bibliográfica y estudios de caso. En Brasil, se analizó la modalidad “Consórcio Entre Amigos”, mientras que en Mozambique, el enfoque recae sobre los “Grupos de Ahorro y Crédito Rotativo”, conocidos localmente como *xitique*. La economía popular se define como un modelo basado en la cooperación, inclusión y solidaridad, mientras que la gestión social se orienta hacia la administración participativa y enfocada en el bien común. El estudio revela cómo ocurren las prácticas de estas iniciativas, considerando el contexto socioeconómico de ambos países. Guiado por enfoques participativos, busca involucrar activamente a las comunidades locales, con el objetivo de contribuir al desarrollo económico y social de las comunidades estudiadas. Además de proporcionar perspectivas comparativas, presenta análisis que contrastan las experiencias económicas y sociales en los contextos de Brasil y Mozambique, enriqueciendo el campo académico y práctico de la economía popular y gestión social.

Palabras clave: Economía popular, gestión social, empoderamiento, comunidades

INTRODUÇÃO

A economia popular, também conhecida como economia solidária ou economia comunitária, se destaca como um modelo alternativo de desenvolvimento econômico que prioriza a cooperação, a inclusão social e a autonomia das comunidades. Nesse contexto, o empoderamento de atores comunitários desempenha seu papel, permitindo que indivíduos e grupos locais assumam o controle de suas próprias vidas e se tornem protagonistas na construção de alternativas econômicas.

No Brasil e em Moçambique, ambas nações marcadas por desigualdades socioeconômicas significativas e desafios persistentes de desenvolvimento, surgiram diversas experiências de economia popular e gestão social que demonstram potencial para a melhoria das condições econômicas e sociais das comunidades envolvidas. Esta pesquisa se propõe a explorar e analisar duas experiências em dois países, tomando como base o Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (GPCR) para Moçambique (vulgarmente conhecido por *xitique*) e Consórcio Entre Amigos (CEA) no caso do Brasil, que é praticado nas comunidades e é uma prática pouco abordada nos subscritos da ciência, mas que impacta a vida das famílias.

O objetivo principal desta pesquisa é examinar e compreender as dinâmicas, desafios e impactos das práticas de economia popular e gestão social, centradas no fortalecimento das comunidades, tanto no Brasil quanto em Moçambique, buscando contribuir para o progresso econômico e social das comunidades envolvidas. Além disso, o artigo pretende enriquecer o corpo de conhecimento existente, especialmente ao realizar uma análise comparativa entre as experiências de dois países de língua portuguesa, considerando suas distintas características contextuais e empíricas.

O problema central desta pesquisa reside na compreensão dos mecanismos de empoderamento de atores comunitários num contexto de economia popular e gestão social, bem como avaliação dessas experiências na transformação econômica social das comunidades envolvidas. Aqui, pretende-se investigar: Como o empoderamento de atores comunitários é definido e implementado em iniciativas de economia popular no Brasil e em Moçambique e quais são os principais desafios enfrentados por essas iniciativas no processo de empoderamento e gestão social? Pretende-se com esta questão, analisar quais são os indicadores e os resultados observados das experiências bem-sucedidas de economia popular e gestão social em termos de desenvolvimento econômico e social nas comunidades envolvidas.

Para abordar essas questões, esta pesquisa adota uma metodologia que combina a análise qualitativa e pesquisa bibliográfica “foram consultadas fontes bibliográficas anteriores que abordaram o problema estudado a partir de diferentes abordagens”. A pesquisa qualitativa envolveu entrevistas com atores-chave, como membros das comunidades, líderes de iniciativas, e representantes de organizações de apoio. A análise bibliográfica baseou-se na seleção dos artigos mais recentes, apesar da escassez de informação nos dois países em estudo. Com base em um questionário semiestruturado desenhado através de plataforma digital de coleta de dados que serviu para recolher informações online no Brasil e em Moçambique, e com ajuda de ferramentas estatísticas foi possível fazer a análise dos dados e obter resultados da pesquisa e por via das duas experiências e identificar tendências comuns.

O método de pesquisa é guiado por abordagens participativas, buscando envolver ativamente as comunidades e os atores locais no processo de coleta e análise de dados, que inclui encontros virtuais com grupos focais e reuniões de

consulta comunitária para obter informações das pessoas diretamente envolvidas nas iniciativas de economia popular (Milan *et al.* 2022).

Brasil e Moçambique, apresentam contextos geográficos e econômicos distintos. O Brasil, situado no continente sul-americano e banhado pelo oceano Atlântico, destaca-se como um dos maiores produtores e exportadores de *commodities* agrícolas do mundo, como soja, café e carne bovina. Por outro lado, Moçambique, localizado na faixa sul-oriental do continente africano e banhado pelo oceano Índico, depende principalmente da agricultura, sendo vulnerável a condições climáticas adversas.

Ambos os países enfrentam desafios socioeconômicos significativos, como pobreza e falta de acesso ao crédito. Essas dificuldades levam as populações de baixa renda a recorrer a estratégias de poupança familiar, como os grupos de consórcio entre amigos no Brasil e os grupos de poupança de crédito rotativo em Moçambique (Churchill, 2009).

Apesar das diferenças, essas iniciativas refletem um desejo comum de melhorar as condições de vida das comunidades. Para Churchill (2009), o empoderamento através da economia popular e gestão social surge como um ponto de convergência entre os dois países. Essas práticas proporcionam às comunidades uma oportunidade de se unirem, compartilharem recursos e enfrentarem coletivamente os desafios econômicos e sociais.

Nessas experiências em conjunto, podemos identificar padrões e estratégias que podem ser aplicados em contextos semelhantes em todo o mundo lusófono e contribui para o desenvolvimento econômico e social das comunidades envolvidas, promovendo uma abordagem colaborativa e sustentável para o progresso.

Economia popular e gestão social

A economia popular é um sistema econômico que se baseia na colaboração, na solidariedade e na participação ativa das comunidades. Ela busca incentivar a formação de grupos empreendedores, geralmente de pequeno porte, que trabalham de forma conjunta para suprir suas necessidades econômicas e sociais. Essas iniciativas incluem cooperativas de produção, associações de crédito e poupança, grupos de agricultores, coletivos de artesãos, redes de comércio justo e outras formas de organização econômica. O principal objetivo dessas iniciativas é melhorar as condições de vida das pessoas envolvidas, promovendo o desenvolvimento local e sustentável.

Segundo Diniz (2019, p. 975), a economia popular solidária volta-se prioritariamente às demandas locais, sendo originada nas redes de cuidado e de solidariedade que se estabelecem no cotidiano. Para o autor, são ocupações diversas que têm sua demanda elevada nos anos recentes, como os cuidados de crianças e idosos, o artesanato, a produção de alimentos, a reciclagem, a agricultura orgânica e agroecológica, entre diversas outras. A produção é realizada nos próprios domicílios, em boa parte dos casos, é comercializada nas casas, em barracas e quiosques, nas ruas ou em pequenos comércios. A economia popular é também a economia da rua, da praça, do bairro e da vida urbana.

Enquanto prática predominantemente local e coletiva, a Economia Popular Solidária (EPS) é, em boa parte dos casos, baseada nos princípios econômicos da domesticidade e da reciprocidade, organizada no âmbito da família e em torno dos recursos do domicílio, permitindo o repasse intergeracional de conhecimentos. Acontecendo dentro do próprio domicílio ou nos espaços públicos, aproveita-se das potencialidades do trabalho feminino e invoca as sociabilidades (Diniz, 2019, p 975).

Principais características da economia popular: **Cooperação** - As pessoas se unem para alcançar objetivos econômicos comuns, compartilhando recursos, conhecimento e esforços; **Inclusão** - A economia popular muitas vezes envolve grupos marginalizados, como pequenos agricultores, artesãos locais e comunidades de baixa renda, proporcionando-lhes oportunidades econômicas; **Solidariedade** - há uma notável ênfase na solidariedade dos seus integrantes do ponto de vista de maior aproximação, entrega, assistência e comprometimento com a vida em comunidade (Diniz, 2019).

A EPS acontece de forma mais significativa nas regiões mais pobres dos países, nos municípios de pequeno porte e nas áreas rurais. A integração dessas áreas periféricas nos processos de urbanização extensiva, abre possibilidades diversas para a esta prática, relacionadas à articulação entre os modos de organização econômica em bases inovadoras (Diniz, 2019).

Uma análise epistemológica da Gestão Social

A gestão social se concentra na administração de organizações e iniciativas de maneira participativa e voltada para o bem comum. Ela se aplica tanto a entidades públicas quanto a organizações da sociedade civil e empresas, e busca incorporar os interesses e as necessidades da sociedade em suas operações e decisões. Principais características da gestão social: Participação - Envolve a participação ativa de diferentes partes interessadas, como funcionários, comunidades locais, clientes e outros atores relevantes na tomada de decisões e na definição de metas; Justiça Social - Busca promover a equidade e a justiça social em todos os aspectos da gestão, considerando os impactos das decisões nas pessoas e nas comunidades; Transparência e Responsabilidade - Preza pela prestação de contas e pela transparência nas operações e nas políticas da organização.

Segundo Cançado, et. al (2011), o processo de construção do conceito de gestão social ainda não alcançou um consenso unilateral, poucas são as obras que realçam o tema. Os autores apontam as obras de Tenório (2008), como sendo a mais abrangentes. Por isso, para eles, a gestão social é antitética à gestão estratégica uma vez que a sua preocupação é com o envolvimento de todos no processo de tomada de decisão coletiva; contrária, portanto, à gestão estratégica cujo arcabouço conceitual e instrumental está vinculado a mecanismos decisórios baseados na hierarquia. Para os autores, a gestão social é apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último.

Tenório e Araújo (2020, p.891) defendem que os tipos de gestão predominante nas organizações não são capazes de atender as necessidades da sociedade eles se contrapõem à gestão estratégica que é um tipo de gestão social utilitarista de lógica gerencialista, e acrescentam que “a gestão social surge, portanto, de modo antitético à gestão estratégica, buscando uma sociedade mais justa e democraticamente articulada na gestão dos seus interesses, que não os do mercado, enclave da sociedade e que deseja substituí-la como totalidade”.

Os autores classificam o modelo como processo e como fim, buscando compreender os estudos de França Filho (2008, p. 30), que enfatiza a gestão social na ótica da sociedade, ou enquanto fim, se aproximaria da gestão pública, pois ambas buscam atender às demandas e necessidades da sociedade:

A gestão social enquanto processo, vista como uma modalidade específica de gestão organizacional, busca subordinar as lógicas instrumentais típicas da gestão privada e/ou estratégica a outras lógicas, mais sociais, políticas, culturais ou ecológicas (França Filho, 2008, p. 30).

Para Cançado (2011) e Araújo (2012), na institucionalização do debate sobre a gestão social, ainda que precoce, algumas instituições de ensino e de investigação do campo começam a ganhar força e a entrarem nessa discussão. A questão que se leva ao debate é, na ótica dos autores, transformar a gestão social em algo inovador, e desmembrá-la futuramente da administração.

Para Botrel *et al.* (2010, p.45), a gestão social “é determinada pela solidariedade e almeja um processo de gestão pela concordância de todos, no qual todos têm voz ativa”. Os autores argumentam que na gestão estratégica “o que importa é o indivíduo por meio de um monólogo, na gestão social o diálogo ganha grande importância e só acontece com a participação da coletividade”.

Cançado *et al.* (2011) infere que no Brasil o termo gestão social ainda não encontrou um estudo abrangente no campo das ciências humanas e sociais e afirma que a gestão social tem um caráter *in progress*, e dessa forma ela tem se consolidada como prática, mas ainda não existe um consenso sobre o conceito. França Filho (2008, p. 25) adverte que a gestão social “[...] parece constituir nos últimos anos um daqueles termos que tem conquistado uma visibilidade cada vez maior, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto, sobretudo, em termos midiáticos”.

Ação coletiva na abordagem do Olson

Na sua contribuição para as ciências sociais contemporâneas, Mancur Olson (1965) oferece uma análise microscópica das dinâmicas de interesse dentro de grupos e classes sociais. Olson propõe uma separação analítica entre os interesses individuais dos membros de uma classe ou grupo e o interesse coletivo dessa classe como um todo. O autor demonstra que nem sempre é do interesse de cada membro de uma classe agir de acordo com os interesses gerais ou coletivos dessa

classe. Essa abordagem remete ao objetivismo presente na teoria marxiana das classes sociais, que destaca as contradições entre os interesses individuais e os interesses de classe (Reis, 1991).

Baseando-se na perspectiva de Olson sobre a ação coletiva, usando evidências específicas relacionadas aos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1999, Olson argumenta que os indivíduos participam de ações coletivas apenas quando esperam obter benefícios individuais com isso. No entanto, Lazzaretti (2014) questiona essa visão ao sugerir que outros fatores podem influenciar a participação em ações coletivas. Ele destaca características adicionais dos membros de um grupo envolvido em ação coletiva, sugerindo que a teoria de Olson pode não explicar completamente o fenômeno. Assim, enquanto Olson propõe que o interesse próprio seja o principal motivador da participação em ações coletivas, Lazzaretti sugere que há nuances e complexidades adicionais a serem consideradas:

as ações coletivas se desenvolvem em um novo contexto, mais individualista, mas que devem nascer de uma mobilização coletiva para dar respostas às necessidades individuais de pobreza que não encontram solução no marco do individualismo proposto pelo neoliberalismo econômico. No meio rural as ações coletivas se dão num novo cenário, onde deve existir a capacidade de negociar com outros atores da comunidade e do território em prol do desenvolvimento (Lazzaretti, 2014, p.151).

Uma pesquisa mais recente sobre o tema da ação coletiva e interesses de grupo foi desenvolvida por Elinor Ostrom, em sua obra “*Governing the Commons*” (1990). Ostrom investiga como grupos de pessoas conseguem gerenciar com sucesso recursos comuns, desafiando a visão de que a ação coletiva é sempre problemática. Ela identifica princípios de autogoverno bem-sucedido em diversas comunidades ao redor do mundo, destacando a importância de instituições locais e práticas de governança participativa.

Em resumo, Olson (1965) argumenta que uma forte identidade compartilhada pode motivar indivíduos a agirem pelo bem comum, superando as barreiras do individualismo. Quando os membros de uma comunidade compartilham uma identidade e um objetivo comum, eles colaboram e cooperam em prol desse objetivo, mesmo que isso exija algum sacrifício pessoal, ressaltando a importância das relações sociais e da identificação com um grupo para entender o comportamento humano em situações que exigem ação coletiva.

Diversidade e tipologia dos grupos de poupança, Brasil e Moçambique

A diversidade dos grupos de poupança e crédito rotativo no Brasil e Moçambique reflete-se não apenas em suas práticas financeiras, mas também nas diferentes designações atribuídas a cada grupo, influenciadas pelo propósito e contexto cultural. Em Moçambique, as práticas solidárias entre famílias, amigos, e grupos comunitários variam amplamente de acordo com a região, desde trocas de bebidas alcoólicas até investimentos em dinheiro, revelando uma riqueza de tradições enraizadas na cultura local Trindade (2018). Por outro lado, no Brasil, os grupos de poupança e crédito apresentam uma tipologia mais estruturada baseada em confiança através dos seus membros participantes.

Segundo Trindade (2018), os grupos em Moçambique podem ser classificados em dois tipos principais: aqueles que estabelecem regras específicas para o uso do dinheiro, como os grupos destinados à aquisição de materiais específicos ou para a formação de um fundo comum, e aqueles nos quais cada participante investe o dinheiro de acordo com planos individuais. Essa diversidade de práticas reflete a complexidade dos objetivos financeiros e sociais dos membros, abrangendo desde famílias que poupam para despesas específicas até colegas de trabalho que buscam apoio mútuo para investimentos pessoais.

No contexto moçambicano, os grupos de poupança e crédito rotativo, podem ser classificados em dois grupos: os grupos de Poupança e Crédito popularmente conhecidos por *Xitique* e os Grupos de Poupança e Créditos chamados de ASCAS. A diferença entre ambos, reside no fato de que a primeira tem características tradicionais, enquanto as ASCAS seguem uma formalidade conhecida pelas entidades financeiras. Ambas desempenham um papel crucial na promoção da inclusão financeira e no fortalecimento das estruturas financeiras locais. Geridos pela comunidade e apoiados por organizações não governamentais, esses grupos substituem garantias formais por garantias morais, permitindo o acesso ao crédito a taxas de juros mais baixas do que as praticadas pelo mercado financeiro. Para fins deste estudo importa-nos falar sobre a modalidade *xitique*.

Os grupos de poupança e crédito rotativa em Moçambique

Os Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (GPCR) em Moçambique representam uma importante forma de acesso ao crédito e poupança para as comunidades de baixa renda. Eles abrangem diversas regiões do país e são frequentemente utilizados como alternativa ao sistema financeiro formal, que muitas vezes não atende às necessidades dessas populações. Apesar de sua relevância, a falta de estudos específicos sobre esses grupos contribui para sua baixa visibilidade em alguns contextos.

Na fala de Ali *et al.* (2014, p.139), os GPCR são um “conjunto de pessoas que se reúnem por afinidade, vizinhança ou associativismo em atividades socioeconômicas para realizarem operações de poupança, crédito e pagamento de juros associados ao crédito”. O artigo ainda revela que “em Moçambique, a criação destes grupos iniciou -se na década de 90, dentre outros, com o objetivo de promover o acesso da população de baixa renda e excluída do Sistema Financeiro Formal (SFF), com maior ênfase nas mulheres” (p.139).

Para o Banco de Moçambique (BdM, 2023), o conceito de GPCR surge à margem do processo de inclusão financeira que o país tem vindo a implementar, como forma de abranger todos os Moçambicanos, independentemente de onde estiverem, o acesso a serviços financeiros. Na óptica do BdM (2023), Os GPCR e ASCAS como foi apelidado pelas entidades que gerem esses grupos, são “formas organizativas comunitárias de promoção e acesso da população de baixa renda a serviços financeiros, particularmente nas zonas rurais. Estes grupos estão presentes em todas as províncias do país” (BdM,2023, p.48).

O modelo do *xitique* tem sido fundamental para suprir a falta de acesso a serviços bancários em áreas rurais e comunidades de baixa renda em Moçambique. Essas comunidades muitas vezes não têm acesso a instituições financeiras tradicionais, como bancos, devido à falta de infraestrutura, distância geográfica ou falta de documentação necessária. No sistema do *xitique*, os participantes contribuem regularmente com uma quantia acordada de dinheiro, que é reunido em um fundo comum. Esse fundo é então utilizado para concessão de empréstimos aos membros do grupo, de forma rotativa. Ou seja, um membro recebe o empréstimo, e depois os outros membros recebem até que todos tenham tido a oportunidade de receber (Trindade, 2015). A autora afirma que:

Pouco se sabe sobre a origem da palavra *xitiki* e seu significado, apenas que começou a ser usada no sul e foi escalando o país. A palavra *xitiki* existe em duas línguas – *Changana* e *Rhonga*, ambas faladas no sul do país – originando assim duas palavras com a mesma grafia, mas significados diferentes. A palavra *kutika* pode ter como significado fazer *xitiki* ou estar pesado, não se sabendo se existe relação entre os dois. Significa então que, ao contrário do que se tem escrito, *xitiki* não é poupança. Não haver, assim, uma tradução exata, pode estar ligado às inúmeras facetas que esta prática apresenta (Trindade, 2015, p. 287).

O *xitique* é definido tendo como referências o seu caráter informal, tradicional, ao fato de funcionar como uma rede e ter como elementos fundamentais a solidariedade entre os mutuários. Pode estar na origem destas práticas, segundo a Ali *et al.* (2014), por um lado, a existência de políticas financeiras que não incentivam a poupança de pequenas somas de valores, devido às taxas de juros aplicadas pelos bancos, que faz com que as comunidades de baixa renda optem por essa via considerada mais flexível. Por outro lado, a falta de inclusão financeira, alargamento do SFF, e o fraco conhecimento dos sistemas financeiros do país. Apesar de ser insegura, sem proteção de uma Lei, esta prática tem como principal característica o envolvimento das comunidades e dos seus membros na gestão das estruturas financeiras locais, uma metodologia que permite substituir as garantias formais por garantias morais.

O funcionamento do *xitique* geralmente segue um padrão simples que passa pela formação do grupo de pessoas da mesma comunidade que se reúne e concorda em participar. Geralmente, esses grupos são compostos por membros que se conhecem e confiam uns nos outros. As contribuições são regulares onde cada membro do grupo contribui com uma quantia fixa de dinheiro em cada reunião periódica, que pode ser semanal, quinzenal ou mensal, dependendo do acordo do grupo.

Também é tem como característica a formação de um fundo comum onde as contribuições dos membros são acumuladas de onde os empréstimos podem ser feitos. Em cada reunião, um membro do grupo pode solicitar um empréstimo

do fundo comum. O valor do empréstimo é determinado pelo montante disponível no fundo e pelas regras do grupo. Com relação ao reembolso e juros, o membro que recebe o empréstimo concorda em reembolsá-lo em parcelas durante um período específico. Em alguns casos, pode ser cobrado um pequeno valor de juros sobre o empréstimo para incentivar a pontualidade nos pagamentos e garantir que o fundo comum continue a crescer.

Outra característica importante é a rotatividade, uma vez que à medida que os empréstimos são reembolsados, o dinheiro é devolvido ao fundo comum. Esse dinheiro então está disponível para ser emprestado a outros membros do grupo, criando um ciclo contínuo de empréstimos e reembolsos. Esta prática é uma forma eficaz de acesso ao crédito em áreas onde o acesso a instituições financeiras formais é limitado. Além disso, fortalece os laços comunitários e promove a solidariedade entre os membros do grupo.

O modelo tradicional de poupança vulgo consórcio entre Amigos no Brasil

Antes de adentrar na sistemática que envolve o modelo tradicional de poupança de crédito rotativo, é importante buscar definições para o termo consórcio, dentro das inúmeras possibilidades Freoa (2014, p.07) afirma que o consórcio é tratado socialmente como “agrupamento de sujeitos reunidos para o levantamento ao longo do tempo de recursos financeiros a serem aplicados na aquisição de bens ou serviços da mesma espécie, em quantidade correspondente ao número de membros do grupo”.

A definição legal de consórcio no Brasil pode ser baseada na Lei nº 11.795/08 e na interpretação de Freoa (2014, p. 07) é um “instrumento plurilateral de natureza associativa cujo escopo é a constituição de fundo pecuniário para a finalidade de propiciar a seus integrantes, de forma isonômica, a aquisição de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento” (Freoa, 2014).

É importante ter em mente que o sistema de consórcio e a participação em grupos sociais para gestão de recursos financeiros objetiva-se também na redução dos custos de negociação. A poupança popular (consórcio entre amigos) permite a expansão do consumo e viabiliza o crédito dentro dos princípios de confiança e das relações informais. Freoa (2014, p.05) compactua da ideia de que “o consórcio é uma operação tipicamente brasileira surgida no seio social e ganhando aos poucos posição de relevo nas políticas financeiras, principalmente na política monetária, do Estado brasileiro”.

A Associação Brasileira de Consórcio (ABAC) registrou um crescimento de 13,6% nos números de consorciados entre 2021 e 2022, foram quase 4 milhões de novas adesões e uma comercialização de R\$ 252,09 bilhões em créditos (ABAC, 2023). Paralelo a esses números existe uma modalidade de consórcio que não aparece nas estatísticas, pois trata-se de um elemento informal criado entre participantes por afinidades e sem nenhum tipo de controle institucional, é pautado na confiança entre os membros e nas suas relações informais de confiança recíproca, para fins científicos trataremos essa modalidade como Consórcio Entre Amigos (CEA).

Ao considerar o papel do consórcio como “instrumento de progresso social que se destina a propiciar o acesso ao consumo de bens e serviços” (Freoa, 2014, p.07) contribui para a discussão baseado na lei e principalmente pautado no conjunto de especificidades gerais dos consórcios, é possível ser mais abrangente quando a lógica social e o conjunto de interrelações é levado em conta, uma vez que o consorciado (entre amigos) também se estabelece por suas dinâmicas sociais.

A palavra consórcio deriva do latim *consortium* que significa de forma literal, comunhão de sortes, ou sorte comum. Freoa (2014) explica que o *consortium voluntarium* era inicialmente pautado no consenso entre familiares e depois evoluiu para o consenso entre quaisquer pessoas mesmo sem relação familiar e completa que surgia, assim “a estrutura jurídica e social para o desenvolvimento da sociedade, caracterizada pela necessidade de consenso permanente, nas relações pessoais entre os membros, fortes vínculos de confiança, relação de amizade” (Freoa, 2014, p.11).

O debate sobre uma alternativa às formas predominantes de gestão data, no Brasil, desde a década de 1990, quando as tendências neoliberais se fortaleceram na proposição de um estado mínimo, que deixou de tratar das políticas públicas para a emancipação da sociedade e restringiu-se a constituir-se como instrumento de regulação do mercado (Tenório & Cançado, 2015). Dowbor (1999, p.12) afirma que:

as tendências recentes de gestão social nos obrigam a repensar formas de organização social, a redefinir a relação entre o político, o econômico e o social, a desenvolver pesquisas cruzando as diversas disciplinas, a escutar de forma sistemática os atores estatais, empresariais e comunitários. Trata-se hoje, realmente, de um universo em construção (Dowbor, 1999, p.12).

Tenório (1998, 2008,) trata a gestão social como “um processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é partilhada entre os participantes da ação, podendo ocorrer em qualquer tipo de sistema social, seja ele público, privado ou terceiro setor”. O autor ainda enfatiza que o adjetivo social, qualificando o substantivo gestão, é compreendido como espaço privilegiado de interação social que possibilita a todos o direito de opinião, sem coação.

Das correntes apresentadas por diversos autores a mais cabível para o presente estudo é a proposta apresentada por Dowbor (1999, p. 8), que credita à gestão social a transformação da sociedade, na qual “a atividade econômica é um meio, o bem-estar social é o fim”. Deste modo, indica a necessidade da definição e construção dos paradigmas organizacionais da gestão social, a partir do restabelecimento da “relação entre o político, o econômico, e o social, a desenvolver pesquisas cruzando as diversas disciplinas, a escutar de forma sistêmica os autores estatais, empresariais e comunitários” (Dowbor, 1999, p. 12).

O contexto histórico da gestão social no Brasil, surgindo como uma resposta às tendências neoliberais, destaca a necessidade percebida de uma abordagem mais holística para a gestão. A ênfase na interação social e na participação coletiva na tomada de decisões destaca uma mudança de paradigma. Assim, a teoria da gestão social, conforme proposta por Dowbor (1999), enfatiza a transformação social, onde a atividade econômica é considerada um meio para alcançar o bem-estar social. Essa abordagem sugere uma redefinição das relações entre o político, econômico e social.

Nesse sentido, a gestão social busca estabelecer formas de diálogo e cooperação entre esses atores, buscando conciliar os interesses e necessidades de cada um. Ela também tem o objetivo de promover a participação dos atores na tomada de decisões e na implementação de benefícios múltiplos, visando a construção de uma responsabilidade entre os membros. Por meio da gestão social, é possível articular ações e projetos que visem o desenvolvimento local, a promoção da cidadania, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, essa abordagem também busca fomentar a responsabilidade social e o engajamento das comunidades voltadas para o bem comum.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor compreensão dos grupos de poupança e crédito rotativo em Moçambique e dos consórcios entre amigos no Brasil, assim como na contextualização da gestão social como uma alternativa aos paradigmas predominantes. Esta seção busca interpretar e tirar conclusões a partir dos dados coletados, destacando padrões, correlações e implicações relevantes.

Os resultados da pesquisa sobre os grupos de poupança e crédito rotativo em Moçambique e os consórcios entre amigos no Brasil, juntamente com a análise da gestão social como alternativa paradigmática, proporcionaram uma visão das práticas financeiras comunitárias baseadas na confiança entre os indivíduos. A amostra de entrevistados abrange uma faixa etária diversificada, com idades variando de 20 a 50 anos, totalizando 24 entrevistados. Essa distribuição demográfica revela uma representação de diferentes grupos, refletindo uma seleção para capturar perspectivas diversas. Além disso, as questões de gênero na amostra apresentaram como 70% sendo mulheres. A inclusão de vozes femininas demonstra uma visão abrangente das práticas financeiras comunitárias e da gestão social.

Entre os entrevistados, 42% dos moçambicanos que receberam o formulário responderam a pesquisa, no Brasil o número foi de 58% respondendo aos questionários. A organização cuidadosa da amostra, tanto em termos de faixa etária quanto de representação nacional, contribui para a validade e a amplitude dos resultados da pesquisa, permitindo uma compreensão mais holística das dinâmicas dos grupos de poupança e consórcios em ambos os países. Essa diversidade nacional adiciona uma riqueza de perspectivas às discussões, refletindo a variedade de práticas financeiras comunitárias em contextos diferentes.

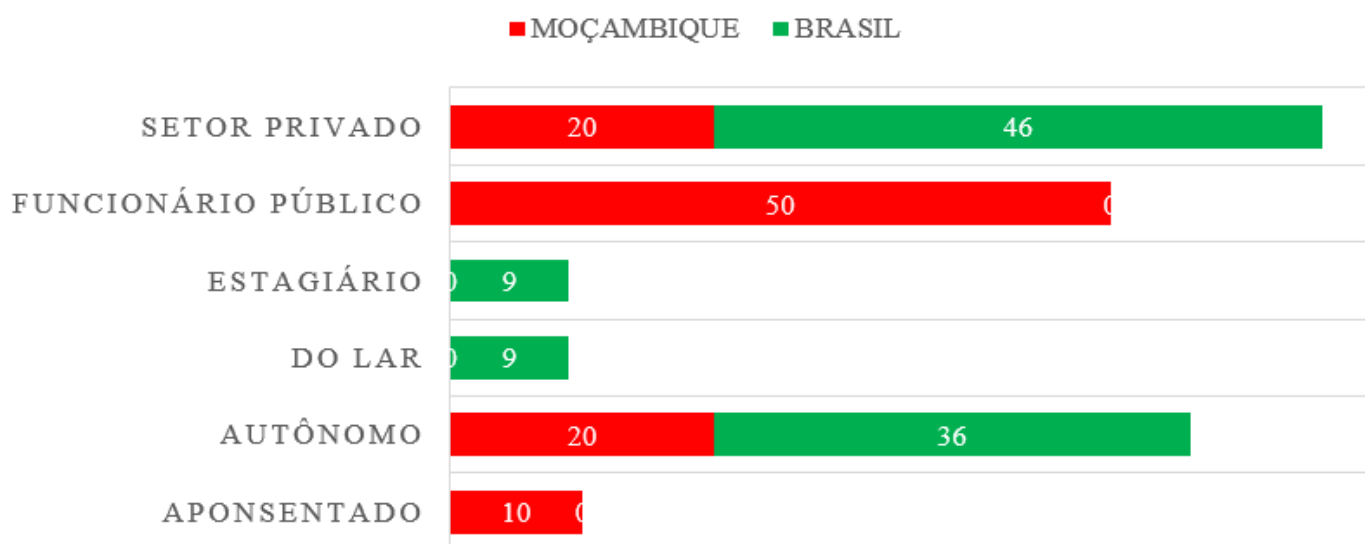
No Brasil e em Moçambique tem vários grupos de consórcio e de poupança de crédito, sendo mais comum em Moçambique as mudanças de nome e no Brasil a permanência. Durante as entrevistas realizadas, foram identificados 15 grupos de poupança em Moçambique e Brasil, cada um apresentando características distintas.

No contexto brasileiro, pesquisou-se o grupo “consórcio entre amigos” na cidade de Palmas, Tocantins, com um total de 14 membros. Esse grupo é caracterizado como uma associação entre amigos que participam de um consórcio financeiro, contribuindo regularmente de forma mensal. A prática adotada por esse grupo fortalece os laços sociais entre os membros, proporcionando benefícios financeiros de forma rotativa. Por outro lado, em Moçambique, 10 entrevistados pertencem a diferentes grupos de poupança e crédito, cada um com designações específicas. O grupo “Poupança da Família Metodista” foi identificado, contando com 01 membro entrevistado. Nesse grupo, os membros contribuem financeiramente para benefício coletivo, evidenciando uma associação com a comunidade metodista. Ainda em Moçambique, o grupo “Amados” foi entrevistado, revelando uma abordagem única em poupança e crédito rotativo. Este grupo se destaca pela construção de laços sólidos entre os membros, evidenciando a diversidade de práticas nos grupos financeiros comunitários em Moçambique.

O *xitique* contou com a participação de 4 grupos entrevistados, é importante ressaltar que essa prática em Moçambique pode ter variações, indicando a adaptabilidade desses grupos a diferentes contextos culturais e sociais. Outro grupo relevante é composto por 03 entrevistadas aposentadas de Moçambique. Com um total de 20 participantes, esse grupo de mulheres que praticam o *xitique* há mais de 05 anos. Essa longevidade na prática do *xitique* destaca a continuidade e a estabilidade desses grupos ao longo do tempo, evidenciando sua importância duradoura na dinâmica financeira e social em Moçambique.

Essas constatações ressaltam a riqueza e a complexidade das práticas de poupança em Moçambique, sublinhando a diversidade de abordagens e o papel crucial desses grupos na promoção de relações sociais sólidas e benefícios financeiros mútuos. A análise da ocupação dos membros nos grupos de poupança no Brasil e Moçambique revela interessantes disparidades e semelhanças. No Brasil, revelaram-se uma parcela de autônomos, trabalhando por conta própria, representando 36% do total, demonstrando uma participação significativa de profissionais independentes nos grupos de poupança brasileiros. Outra parcela, no entanto, são de trabalhadores do setor privado, representando 50% de participação, indicando uma forte presença de colaboradores de empresas privadas nos grupos, refletindo a diversidade ocupacional dessas comunidades. Aposentados, donas de casa e estagiários no setor público contribuem com uma parcela menor, evidenciando uma distribuição equitativa entre diferentes perfis ocupacionais, como apresentado no gráfico 1:

Gráfico 1. Perfil ocupacional dos participantes dos consórcios na pesquisa



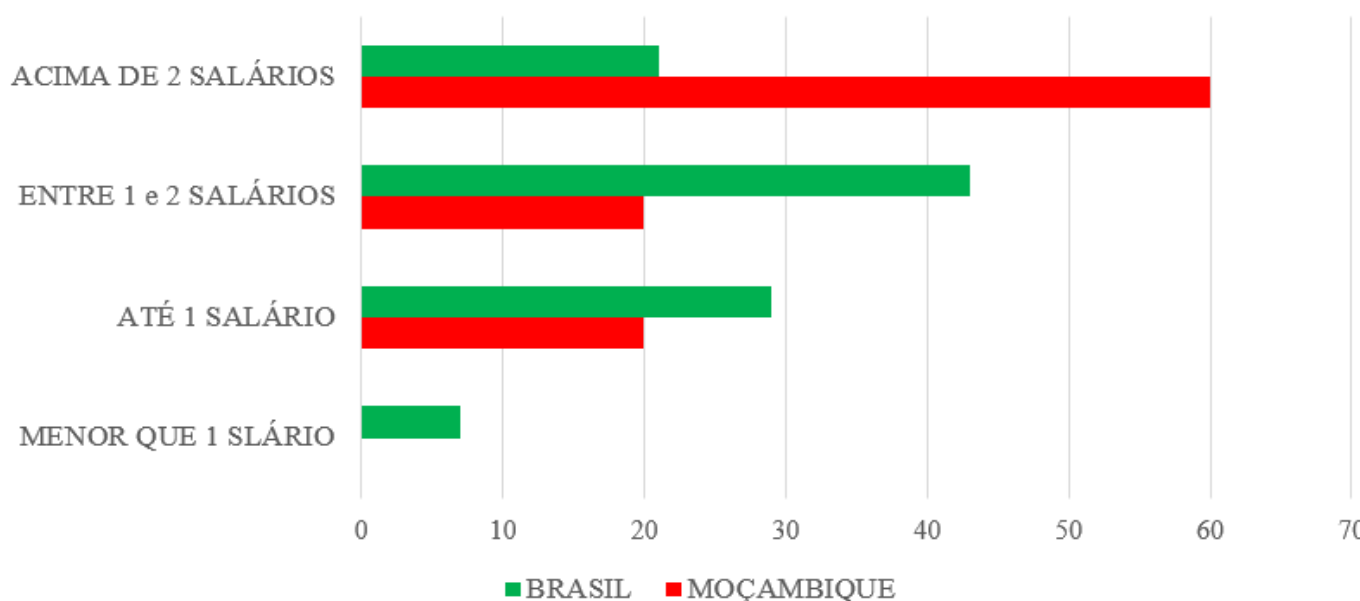
Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Em Moçambique, funcionários públicos emergem como o grupo dominante, representando 50% do total. Enquanto isso, os autônomos e trabalhadores do setor privado contribuem com 20% cada, mostrando uma distribuição diferente entre esses dois grupos em comparação com o Brasil. Dos entrevistados, havia também a presença de aposentados, que representam 10%, destacando a inclusão de membros com diferentes estágios de vida nos grupos de poupança. Esta análise comparativa ressalta a diversidade ocupacional nos grupos de poupança, refletindo a heterogeneidade dessas

comunidades financeiras tanto no Brasil quanto em Moçambique. Essa compreensão mais aprofundada das ocupações dos membros pode contribuir para estratégias mais eficazes de gestão e promoção de benefícios mútuos.

A avaliação das faixas de renda dos membros dos grupos de poupança estudados no Brasil e em Moçambique revelam nuances interessantes sobre a composição socioeconômica dessas comunidades. Os dados da pesquisa sublinham as divergências na distribuição de renda entre os grupos de poupança no Brasil e Moçambique. A predominância de participantes com renda comparativamente mais alta em Moçambique pode influenciar dinâmicas distintas de poupança e investimento em comparação com os grupos brasileiros, nos quais a diversidade de faixas salariais é mais pronunciada. Esta disparidade pode ser explicada pelo fato de a maioria dos membros do Brasil serem autônomos e donas de casa, enquanto em Moçambique são trabalhadores e aposentados.

Gráfico 2. Faixa de Ganho dos Participantes dos Consórcio na pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa/2023

Um dado relevante que deve ser levado em consideração é o fato de que na cotação de março de 2024 o salário-mínimo em Moçambique equivale a pouco mais de R\$ 664,00 (seiscentos e sessenta e quatro reais), demonstrando diferenças na composição da renda de cada país. Observou-se que os participantes dos grupos de poupança e consórcio estudados no Brasil e em Moçambique compartilharam uma gama diversificada de objetivos que refletem suas aspirações pessoais e financeiras. Através das entrevistas realizadas, através de questionários on-line foi possível identificar uma série de metas que orientam a participação nesses grupos, as respostas levantadas são comuns aos dois países:

- ✓ Alguns participantes expressaram o objetivo de angariar fundos através dos lucros obtidos nos grupos de poupança. A prática da poupança em grupo foi destacada como uma oportunidade para fortalecer os laços sociais entre os membros.
- ✓ Muitos participantes mencionaram o desejo de economizar para realizar viagens no final do ano. Alguns tinham objetivos específicos, como a compra do primeiro carro, investimento em negócios, ou aquisição de bens valiosos.
- ✓ A poupança era frequentemente associada à realização de projetos individuais, como a concretização de planos pessoais e sonhos. Alguns participantes viram a poupança como uma forma de investir em seus próprios negócios, indicando uma abordagem empreendedora.
- ✓ A quitação de dívidas foi mencionada como um objetivo importante para alguns membros. Criação de reserva de emergência: Alguns participantes destacaram a importância de manter uma reserva financeira para emergências.

- ✓ A compra de meios de transporte, como motocicletas, foi mencionada como uma maneira de facilitar o deslocamento para o trabalho. Para alguns, a poupança contribuiu para melhorar a renda mensal, fornecendo uma fonte adicional de recursos.
- ✓ Além disso, a compra de presentes de Natal ou despesas de final de ano também foi mencionada como objetivo por alguns participantes. Há os que destacam a importância dos grupos de poupança para promover conversas e interações entre colegas de turma.

Esses objetivos ilustram a versatilidade dos grupos de poupança da pesquisa, atendendo a uma variedade de metas financeiras e pessoais dos membros. A prática da poupança em grupo não apenas oferece benefícios financeiros, mas também fortalece os laços sociais e promove a realização de objetivos individuais e coletivos. Além disso, os membros dos grupos estudados no Brasil e em Moçambique demonstraram uma firmeza em relação aos seus objetivos iniciais, mantendo uma consistência ao longo do tempo e valorizando a continuidade das práticas de poupança. Essa estabilidade de objetivos, combinada com a disposição para ajudar outros membros em situações específicas, evidencia o comprometimento e a solidariedade presentes nesses grupos comunitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos grupos de poupança e crédito rotativo no Brasil e em Moçambique, dentro do contexto da gestão social como alternativa paradigmática, revela a diversidade e complexidade dessas práticas financeiras comunitárias. Os objetivos individuais variados, as composições ocupacionais diversas e as nuances socioeconômicas apresentam uma gama de contextos nos quais esses grupos operam. Enquanto Moçambique destaca-se pela presença difundida pelo *xitique*, o Brasil testemunha a evolução de grupos de consórcios informais como resposta às tendências neoliberais, buscando abordagens mais holísticas na gestão e enfatizando a interação social e a participação coletiva na tomada de decisões.

Embora essa pesquisa ofereça uma contribuição ao entendimento das práticas financeiras comunitárias em diferentes contextos culturais, algumas limitações como amostra restrita e falta de uma abordagem longitudinal são evidentes. Para avançar, futuras pesquisas podem explorar a evolução desses grupos ao longo do tempo, considerando mudanças nas dinâmicas socioeconômicas e políticas. Além disso, investigações mais detalhadas sobre o impacto dessas práticas na redução das desigualdades sociais e na promoção do bem-estar nas comunidades podem enriquecer o entendimento sobre o potencial transformador dessas iniciativas.

Recomenda-se também uma análise mais aprofundada dos mecanismos formais e informais de gestão e governança desses grupos, identificando melhores práticas que possam ser compartilhadas entre diferentes comunidades. As considerações finais deste artigo destacam parte da riqueza das práticas de poupança e consórcio em contextos tão diversos quanto o Brasil e Moçambique, seria necessário um estudo com uma amostragem mais ampla para se ter uma noção melhor do comportamento dos grupos nos dois países. Ambos os territórios de acordo com a pesquisa apontam para uma forte ênfase na importância dos grupos de poupança e consórcio como instrumentos para fortalecer laços sociais, promover a realização de metas financeiras e proporcionar um apoio mútuo em momentos de dificuldade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ali, R., Massarongo, F., Massingue, N., & Ibraimo, Y. (2014). Grupos de Poupança e Crédito Rurais como Opção para a Inclusão Financeira: Uma Análise Crítica, *Revista Desafios para Moçambique*, Maputo (p. 137–162).

Banco de Moçambique. (2013). Desafios da inclusão financeira em Moçambique: Uma abordagem do lado da oferta: Banco de Moçambique, XXXVII Conselho Consultivo, Pemba, 30 de janeiro a 01 fevereiro 2013. Banco de Moçambique.

Churchill, C. (2009). Protegendo a população de baixa renda: Um compêndio de microsseguro: v. II. Funenseg.

Diniz, S. C. (2019). Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: Apontamentos. *Nova Economia*, 29(3), 963–985. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/4685>

Dowbor, L. (1999). Tendências da gestão social. *Saúde e Sociedade*, 8(1), 3–16. <https://doi.org/10.1590/S0104-12901999000100002>

França Filho, G. C. de. (2008). Definindo Gestão Social. Em *Gestão Social Práticas em Debate, Teorias em Construção*. Universidade Federal do Ceará.

Freoa, R. P. (2017). Do contrato de participação em grupo de consórcio para aquisição de bens ou serviços [Mestrado em Direito Civil, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/D.2.2017.tde-21082017-114607>

Lazzaretti, M. Â. (2014). Mancur Olson e a lógica da ação coletiva aplicada ao MST. *Tempo da Ciência*, 21(41), Artigo 41. <https://doi.org/10.48075/rtc.v21i41.11024>

Milan, M. (2022). Métodos e técnicas de pesquisa para economia criativa e da cultura. Ufrgs.

Olson, M. (1999). *Lógica da Ação Coletiva, Os Benefícios Públicos e Uma Teoria dos Grupos Sociais*. Edusp. <https://www.edusp.com.br/livros/logica-da-acao-coletiva/>

Reis, B. P. W. (1991). O Conceito de Cassetes Sociais e a Lógica da Ação Coletiva. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Edição 34 volume 3. https://drive.google.com/file/d/1vv0vub9vOi1Sf8uWwo7R_RCYpxOHm1ID/edit?usp=embed_facebook

Tenório, F. G., & Araújo, E. T. D. (2020). Mais uma vez o conceito de gestão social. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(4), 891–905. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200105>

Trindade, C. C. (2018). Além do económico: Reflexões sobre os significados do *xitique*, uma prática informal de poupança de Maputo, Moçambique. *Temáticas*, 26(52), Artigo 52. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v26i52.11711>